



OS DISTÚRBIOS DA APRENDIZAGEM RELACIONADOS À LEITURA E A ESCRITA

LEVI, Andreza de Souza. **Os distúrbios da aprendizagem relacionados à leitura e a escrita.** Florianópolis: Id Acadêmico, 2025.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo: analisar as dificuldades de aprendizagem em relação à leitura, escrita e a definição do termo “dislexia”, identificar suas causas e características e promover os procedimentos básicos necessários para melhores resultados acadêmicos. crianças disléxicas na sala de aula. O estudo destaca a necessidade de diagnóstico precoce e intervenção adequada por profissionais específicos em sua área de atuação. É evidente a necessidade de intervenção direta na capacidade de leitura, acompanhada de atividades relacionadas à transformação fonológica da língua, realizadas de forma lúdica no contexto escolar e familiar.

Palavras-chave: distúrbios de aprendizagem; leitura; escrita; dislexia; estratégias didáticas.

SUMMARY

This article aims to: analyze learning difficulties in relation to reading, writing and the definition of the term “dyslexia”, identify their causes and characteristics and promote the basic procedures necessary for better academic results. dyslexic children in the classroom. The study highlights the need for early diagnosis and appropriate intervention by specific professionals in their area of expertise. The need for direct intervention in reading ability is evident, accompanied by activities related to the phonological transformation of the language, carried out in a playful way in the school and family context.

Keywords: learning disorders; reading; writing; dyslexia; strategies didactics.

INTRODUÇÃO

Segundo Collares e Moysés (1992; 1993), citados por Jardini (2003), o uso do termo “dificuldade de aprendizagem” tem se difundido entre os professores, embora a maioria desses profissionais nem sempre consiga explicar claramente o significado desta expressão ou os critérios em que se baseiam para utilizá-la no contexto escolar. Segundo a opinião dos autores, o uso excessivo da expressão “transtorno de aprendizagem” no contexto escolar seria mais um reflexo do processo de patologização da aprendizagem ou de biologização dos problemas sociais.

Neste contexto, é importante que os profissionais da educação solicitem aos pais uma avaliação especializada por um profissional competente e, uma vez feito o diagnóstico, cabe à escola desenvolver estratégias e orientar os pais e criar uma parceria para o caso. É tratado de forma sistemática e eficaz.

Quando o professor se depara com uma criança que apresenta resultados acadêmicos baixos em comparação com outros alunos, que apresentam habilidades e desempenhos inferiores, é comum que o profissional se pergunte “onde estão os erros”.

Neste contexto, cabe ao professor avaliar e revisar sua prática. As características da estimulação oferecida à criança devem ser muito bem estudadas, em termos de quantidade, qualidade, acesso e disponibilidade, exclusividade e incondicionalidade (López, 1995).

Como salienta Myklebest e Johnson (1983), estes déficits de aprendizagem representam uma lacuna entre a capacidade e o desempenho, entre o potencial de aprendizagem e o nível de aprendizagem alcançado.

Entre as definições mais mencionadas, encontra-se o termo “dificuldade” associado a problemas de natureza psicopedagógica e/ou sociocultural, o que significa que o problema não está apenas centrado no aluno, mas numa perspectiva preventiva, como por exemplo, atrasos no desempenho acadêmico, por desinteresse, inadequação metodológica ou alteração nos padrões de exigência da escola, ou seja, alterações normais, que no passado eram consideradas alterações patológicas e

atualmente são consideradas parte do processo (Moojen, 1999) mencionado por Jardini . (2003). Por outro lado, os termos “transtorno” e “dificuldade de aprendizagem” estão mais relacionados aos problemas internos do aluno, o que sugere a necessidade de uma disfunção neurológica, sendo mais utilizados por perspectiva clínica ou remediada (CID-10, 1993).

O DSM-IV classifica as dificuldades de aprendizagem em transtornos que geralmente são diagnosticados pela primeira vez na infância ou adolescência:

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da escuta, fala, leitura, escrita, raciocínio e habilidades matemáticas. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas da auto regulação, percepção social e interação social, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade da aprendizagem. Ainda que as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes, por exemplo: deficiências sensoriais, retardamento mental, transtornos emocionais graves ou com influências extrínsecas (tais como as diferenças culturais, instrução inadequada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências. Por isso, a necessidade de identificação e diagnóstico precoce dessas alterações no curso normal do desenvolvimento evita posteriores consequências educacionais e sociais desfavoráveis (Jardini, 2003, p. 27).

Este estudo tem como objetivo analisar as dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita, ou seja, a própria dislexia no processo de ensino/aprendizagem. O estudo basear-se-á nos fundamentos teóricos de vários autores, que muito poderão contribuir para a prática, fornecendo pedagogicamente o suporte necessário para intervenções adequadas que ajudem a superar muitos insucessos acadêmicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E A ESCRITA

O distúrbio de leitura e escrita é uma nomenclatura geral utilizada para definir alterações que impedem ou dificultam a aquisição e continuidade do processo de leitura e escrita, variando em etiologia e sintomas? Eles podem se apresentar de muitas maneiras, como:

“Distúrbio da escrita: São distúrbios neurológicos que afetam especificamente a produção da escrita e podem aparecer isolados ou associados a outras patologias, como a dislexia” (Jardini, 2003, p. 28).

O termo dislexia vem da palavra grega dys, que significa dificuldade, e lexia, que significa palavra, que significa dificuldade de palavra. Essa dificuldade surge no processo de leitura, escrita, ortografia e ortografia. Isto não significa que todos os problemas de fala, Ler e escrever podem estar associados à dislexia. É importante esclarecer também que disortografia, dislexia e disgrafia não são tipos de dislexia, mas sim características que uma pessoa com dislexia pode apresentar.

A dislexia não depende de causas intelectuais, emocionais e culturais. “Há uma lacuna inesperada entre seu potencial de aprendizagem e seu desempenho acadêmico.” (Jardini, 2003, p.36). Isto significa que, apesar de condições de aprendizagem adequadas, de competências cognitivas adequadas e de oportunidades sócio-culturais, a criança disléxica falha no processamento da linguagem.

Fonseca (1995) afirma que a dislexia é um distúrbio (dificuldade) que se manifesta na aprendizagem da leitura, em vez do ensino convencional, na inteligência adequada e nas oportunidades socioculturais. E, portanto, de acordo com as funções cognitivas, que na maioria dos casos são de origem orgânica.

A dislexia “nominal” pode muitas vezes rotular a criança, estigmatizando-a como um problema a ser resolvido e, portanto, enfrentar muitas dificuldades decorrentes dessa discriminação. Porém, toda rotulagem é resultado do desconhecimento do assunto, da falta de informação e do interesse em compreender o transtorno e as diferentes formas de abordá-lo.

Segundo Jardini (2003), há uma combinação de fenômenos biológicos e ambientais na aprendizagem da linguagem escrita, incluindo integridade motora, integridade sensório-perceptual e integridade sócio emocional (as possibilidades reais que o ambiente oferece em termos de quantidade, qualidade e frequência dos incentivos). Além disso, o domínio da língua e a capacidade de simbolizar também são princípios importantes no desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita.

Jardini (2003) utiliza três tipos de classificações para a dislexia: predominante visual, predominante fonológica e mista.

França (2006) também classifica três tipos. A fonologia consiste em uma deficiência no conversor grafema/fonema, o que causa problemas na leitura de palavras desconhecidas.

Para o autor, a linguagem alfabética baseia-se na relação grafema/fonema; os disléxicos, quando apresentados com representações fonológicas mal especificadas, adotam um padrão diferente de decodificação ou representação de atributos falados das palavras. Consequentemente, essa falta de sensibilidade fonológica impede a aprendizagem dos padrões de codificação alfabética que fundamentam o reconhecimento fluente das palavras (French, 2006, p. 169). Isso significa que a criança conhece a letra, mas não consegue associá-la ao som. Dessa forma, a leitura fica prejudicada e gradativamente outros problemas aparecem na execução de tarefas que exigem memória fonológica.

A segunda, chamada de dislexia lexical, França (2006) diz que o problema está no contexto lexical utilizado para ler. Assim os disléxicos leem devagar, hesitam, cometem erros frequentes, pois ficam presos no modo fonológico, o que seu funcionamento é lento. Então, eles têm que usar o conversor fonema/grafema.

A terceira é a dislexia mista, que consiste em dois tipos combinados. O problema aparece no contexto fonológico e lexical e, portanto, constitui o transtorno mais grave, o que exige esforços ainda maiores para minimizar os danos ao rotas de acesso léxicos (lexicais e fonológicas), responsáveis pelo reconhecimento de palavras escritas (French, 2006).

A nomenclatura “dislexia” pode muitas vezes rotular a criança, estigmatizando-a como um problema a ser resolvido e, portanto, enfrentar muitas dificuldades decorrentes dessa discriminação. Porém, toda rotulagem é resultado do desconhecimento do assunto, da falta de informação e do interesse em compreender o transtorno e as diferentes formas de abordá-lo.

Garcia (1998) considera que os fonoaudiólogos e os psicólogos educacionais estão mais qualificados na intervenção precoce com crianças com dificuldades de aprendizagem porque possuem uma formação mais aprofundada e específica do que outros educadores no que diz respeito à fundamentação teórica das dificuldades de aprendizagem, a aceitação de novas ideias pragmáticas e funcionais na linguagem.

Jardini (2003) afirma que o ideal seria um tratamento preventivo por volta dos 4-6 anos, em que a criança apresentasse algumas dificuldades na fala, tais como: resistência à automatização do grupo consonantal e do fonema /r/, palestrante truncado, sem sequência lógica de tempo, falta de elementos essenciais para a compreensão, alta dispersão, interesse seletivo pelas áreas de aprendizagem, hesitação na aquisição de conceitos simples como cores, formas geométricas, noções espaciais e lateralidade.

A DISLEXIA E A FUNÇÃO DA ESCOLA NA APRENDIZAGEM

A escola é por excelência um espaço privilegiado para a construção de conhecimento sistemático. Por outro lado, leva em conta a diversidade, ou seja, as diferentes capacidades dos alunos. Ao mesmo tempo, responde à ideologia da educação de qualidade para todos e prepara-os para a vida.

Diante de toda essa demanda, a escola não deve apenas se posicionar no discurso ideológico, mas colocar em prática novas técnicas, novos conceitos, dos quais nascem novos sujeitos de conhecimento e enfrentam novos desafios.

Os dados mostram que a dislexia é um distúrbio de aprendizagem que apresenta um dos mais sérios desafios sociais e educacionais da atualidade e que requer muita atenção dos profissionais atuantes. Uma vez detectado o transtorno, a escola deve encontrar formas de promover a aprendizagem dessas crianças.

Lima (2002) afirma que é dever da escola ampliar a experiência humana, portanto, a escola não pode se limitar ao que é significativo para o aluno, mas sim criar situações de ensino que ampliem a experiência, ampliando os campos de sentido. Portanto, no caso da criança disléxica e do ponto de vista do desenvolvimento e construção de significado, isto só poderá fazer sentido para ela se tiver um mínimo de experiência e informação para poder interagir com o objeto de conhecimento.

Vallet (1990) afirmou que para ler as crianças devem adquirir diversas habilidades cognitivas e perceptivo-linguísticas, que incluem a capacidade de focar a atenção, focar e seguir instruções; a capacidade de compreender e interpretar a linguagem falada na vida cotidiana; memória auditiva e classificação, memória visual e classificação de habilidades de processamento de texto; análise estrutural e contextual da linguagem; síntese e interpretação lógica da linguagem; desenvolver e expandir o vocabulário e a fluência de leitura. Neste contexto, há uma série de competências que a criança deve encarar com calma, mas caso contrário, quando a criança não tiver essas “habilidades”, ela ficará de lado? Ou em segundo plano?

O modelo educacional atual não discute nem analisa o papel crucial que desempenha na construção da subjetividade da criança e no processo de aquisição da escrita. No entanto, a responsabilidade pelo fracasso é da criança. Quando estamos identificadas como fracassadas, entende-se que a criança pode desenvolver baixa autoestima e perder o interesse por esse modelo de aprendizagem. Enfrentam um cenário tão contraditório, antes de declararem a criança inapta para a escola eles precisam compreender todo o processo seguido por eles para adquirir a linguagem escrita.

Zorzi (2001) menciona que a aprendizagem não depende apenas de competências individuais. Estão em grande parte sujeitos a condições sociais e educativas que, se não forem suficientemente favoráveis e adequadas, podem tornar a criança analfabeta ou dar-lhe um conhecimento incerto da linguagem escrita. Isso significa que para aprender a leitura e a escrita requerem uma série de condições favoráveis, tais como: o contexto sociocultural, o contexto educacional, as competências individuais e a escola é responsável pelo conhecimento sistematizado e contextualizado, estabelecendo uma ponte entre a escola e a sociedade.

Segundo a literatura, crianças disléxicas apresentam dificuldade em assimilar palavras descontextualizadas. Vale, portanto, destacar o que Freire (1998) propõe em sua pedagogia: que a alfabetização se dê por meio das palavras introduzidas em um contexto familiar ao aluno.

Lima (2002) indica que todo o processo de aprendizagem está relacionado com a história de cada indivíduo e que as pessoas aprendem com mais facilidade quando a notícia pode estar ligada a algum aspecto da sua experiência anterior, ao conhecimento prévio. com uma pergunta que o indivíduo se fez, com as imagens, palavras e fatos que estão na sua memória, com experiências culturais.

Parece que existe sempre um factor biológico, hereditário, por detrás destes problemas específicos de aprendizagem, ou seja, existe uma tendência natural para que as mesmas dificuldades se repitam nos outros membros da família. Coll (1995) descreve isso dizendo que, quando falamos de problemas de linguagem, não podemos esquecer de procurar no meio social da criança todos os dados que nos permitam compreender melhor as dificuldades que ela apresenta.

O ensino clássico baseava-se no treino de uma série de exercícios motores, acreditava-se que isso poderia criar as condições necessárias para aprender a ler e escrever e que o fracasso escolar poderia ser superado através deste treino sistemático. Estes foram exercícios preparatórios.

Na década de 1980, a atenção voltou-se para a compreensão do processo de alfabetização, passando a considerar o processo de aprendizagem, em vez de se preocupar com técnicas de ensino redutivas.

Fonseca (1995) descreve muito bem quando diz que uma coisa é uma criança que não quer aprender a ler, outra é uma criança que não consegue aprender a ler com os métodos tradicionais de ensino. No caso das crianças disléxicas, os profissionais que trabalham devem ter claro que o problema realmente existe e que dificulta a tarefa. Porém, o aprendizado da criança não a limita ao aprendizado. A dislexia não é isolada, parece integrada numa série de problemas, não é apenas uma dificuldade de leitura.

Vygotsk (1984) introduziu a visão social da aprendizagem, complementada por Bruner (1991) com a revolução contextual. Muitos autores contribuíram para a forma de ensinar e deram uma grande contribuição para a educação atual.

De acordo com Vygotsk (1984; 1989), as crianças com dificuldades de aprendizagem deveriam estudar mais tempo, ter os seus limites respeitados, trabalhar menos do que as chamadas crianças normais e ser educadas num ambiente de trabalho adequado. caso contrário, com métodos e técnicas especiais adaptadas às capacidades únicas da sua condição, mas aprendem coisas como todas as crianças, recebem a mesma preparação para a vida futura, para depois participarem na mesma. classificação e no mesmo nível de todos.

Como observa Ferreira (1997), para que haja comunicação entre a criança e o professor ou para que a intenção seja transmitida pela criança, é fundamental que haja aceitação e reconhecimento por parte de ambas as partes. Portanto, entende-se a importância das relações professor/aluno para que a aprendizagem ocorra bem, permitindo que a criança se desenvolva em geral.

Quanto ao ensino da leitura e da escrita, baseia-se nos estudos de Ferreira (1997), entre outros, cujas ideias se resumem numa percepção holística da alfabetização, com a visão da linguagem como ponto central de l'apprentissage, considerando que a aprendizagem constitui um exemplo pessoal que se torna mais fácil quando realizado em contextos reais e funcionais.

O design da sala de aula é visto como comunidades de aprendizagem que aceitam seus participantes em sua totalidade, incluindo sua cultura e experiências, integrando a leitura e a escrita como ferramentas para facilitar a construção de significado por parte do aluno, utilizando linguagem impressa.

Portanto, o conteúdo metodológico deve incluir recursos audiovisuais variados, a utilização de livros infantis para serem trabalhados por meio da dramatização, a roda de leitura e a expressão da linguagem por meio do jogo com sons e palavras que promova a consciência fonológica por meio de histórias que podem ser cantadas ou acompanhado. . por meio de gestos, poesias e rimas que são ferramentas valiosas para estimular o pensamento e a linguagem, imitações de sons, que contribuem para o desenvolvimento da discriminação auditiva (Jose; Coelho, 2000).

METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo analisar as dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita, ou seja, a própria dislexia no processo de ensino/aprendizagem.

A base teórica nos deu os fundamentos necessários em relação ao assunto, assim entendeu-se que a criança disléxica possui habilidades cognitivas normais e apresenta algumas habilidades que podem ser aprimoradas e exploradas durante a aula. Porém, isso requer compreensão por parte do professor, técnicas de gestão adequadas e profissionais especializados para trabalhar em parceria com a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado acima, o autor também enfatiza a importância do estímulo à consciência fonológica em pré-leitores, uma vez que muitos estudos mostram sua eficácia na aprendizagem da leitura. Conforme mencionado acima, o autor também enfatiza a importância do estímulo à consciência fonológica em pré-leitores, uma vez que muitos estudos mostram sua eficácia na aprendizagem da leitura.

No ambiente escolar é necessária a intervenção direta nas habilidades de leitura, acompanhada de atividades relacionadas à transformação fonológica da língua. Porém, todas as atividades de estímulo à linguagem escrita devem ser realizadas de forma lúdica, por meio de brinquedos e brincadeiras, para que a criança sinta prazer na leitura e na escrita. No contexto familiar, a estimulação deve começar com a leitura de histórias infantis pelos pais e o incentivo a brincadeiras de rimas, que contribuem para a conscientização fonológica, jogos com letras e desenho, para que a criança saiba escrever e ler (Jardini, 2003).

Alguns autores defendem o método fonético em relação ao desenvolvimento da consciência fonológica, que é a capacidade de perceber que a fala espontânea é uma sequência de sentenças e que estas são uma sequência de palavras (consciência de fala); que as palavras são uma sequência de sílabas (consciência silábica) e que as sílabas são uma sequência de fonemas (consciência fonêmica), o que ajudou muito a solucionar as dificuldades dos alunos disléxicos.

É importante enfatizar uma metodologia de ensino que estimule a leitura por meio da diversificação de diferentes gêneros textuais. Um método apropriado para desenvolver a consciência fonológica é essencial.

Deve-se ressaltar que o ensino de qualidade é aquele que inclui todos os seus clientes com suas individualidades e limitações.

O tema discutido tem despertado o interesse de profissionais de diversas áreas por ser um tema importante para a sociedade.

A dislexia não se refere apenas a dificuldades de leitura, escrita e ortografia. Uma criança disléxica pode apresentar alguns problemas durante a sua escolarização, no entanto, cabe ao professor ter uma visão única para poder intervir de forma adequada o dano acadêmico da criança no contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CID-10: Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Organização Mundial de Saúde (Org.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

COLL, César. (Org.) O Construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1996.

FRANÇA, C. apud NUTTI, J. Z. Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem. 2002 Disponível em: . Acessado em: 02 fev. 2011.

FREIRE, Paulo; DONALDO, M. Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FONSECA, V. Introdução às dificuldades de aprendizagem . 2ª ed, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JOSÉ, E, A ; COELHO, M, T. Problemas de Aprendizagem. São Paulo: Ática, 2000.

JARDINI. R. S.R. Método das boquinhinhas: alfabetização e reabilitação dos distúrbios da leitura e escrita. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LÓPEZ, F. Desenvolvimento social e da personalidade. In: COLL, C.; PALLACIOS, J; MARCHESI, A (coord.) Desenvolvimento Psicológico e Educação – Psicologia Evolutiva. Porto Alegre: Art. Med., 1995 Vol. 1 cap.6 pp. 81-93

LIMA, Elvira Souza. Quando a criança não aprende a ler e a escrever. São Paulo: Editora Sobradinho, 2002

MYKLEBUST, H.R. ; JOHNSON, D.J. Distúrbios de aprendizagem. Princípios e práticas educacionais. São Paulo: Pioneira, 1983.

VALLET, R. E. Dislexia. São Paulo: MANOLE, 1990.

VYGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZORZI, J. L. A Aprendizagem da Leitura e da Escrita Indo Além dos Distúrbios. 2001. Disponível em: Acessado em: 02 fev 2023